



VILAREALSTºANTONIO

ATA Nº. 27/2016

Ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Aos trinta e um dias do mês de outubro de 2016, em Vila Real de Santo António, na Sala Marquês de Pombal da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma Câmara, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas dezassete horas e vinte minutos, os Srs. Vereadores **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, **João Filipe de Brito Sol Pereira**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **Célia Maria Marques da Rosa Paz** e **José Ernesto Gomes Barão**, a fim de se realizar a reunião extraordinária a que se refere o artigo 41.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da maioria dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- **ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017;**
- **MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2017;**
- **FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS;**
- **PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS;**
- **LANÇAMENTO DA DERRAMA;**
- **TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM;**
- **RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE I.P. RELATIVO À REABILITAÇÃO DO SISTEMA DUNAR NATURAL DA PRAIA DE MONTE GORDO;**
- **CONSTRUÇÃO DO PASSADIÇO SOBRELEVADO DA PRAIA DE MONTE GORDO;**



A

FALTAS: - Verificaram-se a ausências dos Srs. Vereadores David Matias Murta e Luís Miguel Cristo Salvador Salas, por motivos profissionais, e do Sr. Vereador José Estevão Correia da Cruz, por motivos pessoais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as respetivas faltas.



DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:



ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017.

A Sra. Vereadora Célia Paz disse é muito pouco tempo para analisar um documento tão importante e que a disponibilização da documentação não cumpre com o disposto no artigo 31.º da Lei 53/2014, de 25 de agosto, pelo que o Partido Socialista deixa o debate técnico e político para a Assembleia Municipal. Referiu que o Orçamento não surpreende pela positiva e demonstra que a falta de estratégia persiste. Alertou que a proposta refere um aumento de 1,2% em todas as taxas e preços municipais quando a inflação prevista pelo Banco de Portugal para 2017 é de 0,7%. Aludiu ainda que o Orçamento está sujeito às regras emanadas pelo PAEL, FAM e PAM, originando a falta de implementação de medidas estratégicas e inovadoras que apelem ao investimento e ao desenvolvimento económico e social do Concelho.

O Sr. Presidente esclareceu que a taxa de inflação é a indicada pela Direção-Geral das Autarquias Locais.

A Sra. Vereadora Célia Paz questionou sobre a previsão de 800.000 euros de Taxa Turística incluída no Orçamento.

4
A

O Sr. Presidente respondeu que é uma informação das estatísticas oficiais no INE que levaram o Executivo a estimar que esse é o valor de receita previsto para 2017. Mencionou ainda o Sr. Presidente, no que se refere há questão levantada pela Sra. Vereadora Célia Paz das contingências financeiras, que as verbas são referentes a ações que ainda decorrem em Tribunal fruto das decisões de nulidade do Plano do Monte Rei, Parque dos Reis, Varandas do Guadiana, entre outros. O Sr. Presidente mencionou que estão a decorrer notificações por parte do Ministério Público para demolições de moradias nos empreendimentos anteriormente mencionados. Caso essas decisões se mantenham e a Câmara Municipal não consiga novos licenciamentos que em muitos casos implicam alterações ao Plano Diretor Municipal, será obrigatório indemnizar construtores, proprietários das habitações e famílias.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Célia Paz e José Barão, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de serem atualizadas todas as Taxas e Preços Municipais, no valor da inflação prevista no Relatório do orçamento municipal para 2017, em 1.2%, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a presente proposta do Orçamento Municipal, as Grandes Opções do Plano Plurianual para o ano económico de 2017 e o Quadro Plurianual Municipal para o horizonte temporal 2017-2020, previsto no artigo 44.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, e submeter a proposta à Assembleia Municipal, para que este Órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, aprove, após parecer prévio emitido pelo FAM, o orçamento municipal para 2017, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores Célia Paz e José Barão foi apresentada uma Declaração de Voto, documento que constitui parte integrante da presente ata.



A

MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2017.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Célia Paz e José Barão, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 29.º n.º 4 da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, do disposto nos artigos 33.º n.º 1 alínea c) e 25.º n.º 1 alínea a) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de Mapa de Pessoal do Município de Vila Real de Santo António para o ano de 2017, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS.

O Sr. Vereador José Barão disse que o Partido Socialista tem sempre votado em consciência na questão do Imposto Municipal de Imóveis (IMI), tendo em conta as exigências legais a que o Município está obrigado. Questionou o Executivo sobre o motivo de não baixar o Imposto para 0,45%, tal como o Município de Portimão efetuou. Referiu que para o Partido Socialista o orçamento de estado determina que os municípios englobados nos programas de assistência devem aplicar a taxa máxima de IMI, que de acordo com a Lei 7-A/2016, de 30 de março, é de 0,45% para prédios urbanos, podendo aplicar-se a taxa de 0,3 para os municípios que não têm imposições legais.



A

O Sr. Presidente referiu que mantém a taxa máxima prevista na Lei e disse que se o orçamento de estado permitir baixar para outro valor o Município assim fará.


A Sra. Vereadora Célia Paz disse que a posição de voto de abstenção por parte do Partido Socialista está relacionada com as imposições legais do PAEL, FAM e PAM.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Célia Paz e José Barão, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser fixada a taxa máxima do Imposto Municipal sobre Imóveis no valor de 0.8% para prédios rústicos e de 0.5% para prédios avaliados no âmbito do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, autorizar a majoração em 30% da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados na zona histórica de Vila Real de Santo António e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

Pelos Srs. Vereadores Célia Paz e José Barão foi apresentada uma Declaração de Voto, documento que constitui parte integrante da presente ata.

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS.

A Sra. Vereadora Célia Paz disse que a posição de voto de abstenção por parte do Partido Socialista está relacionada com as imposições legais do PAEL, FAM e PAM.

7
—

A

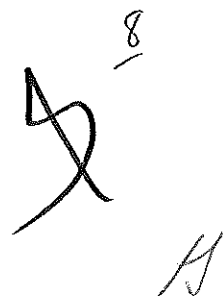
= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Célia Paz e José Barão, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovada uma participação variável de 5% relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida de deduções previstas no n.º1 do artigo 78.º do CIRS, aos Sujeitos Passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

Pelos Srs. Vereadores Célia Paz e José Barão foi apresentada uma Declaração de Voto, documento que constitui parte integrante da presente ata.

LANÇAMENTO DA DERRAMA.

A Sra. Vereadora Célia Paz referiu que ao longo dos anos foram sendo efetuadas prestações de serviços para estudos com o objetivo de apoiar a economia local que custaram milhares de euros à Autarquia e não resultaram, na opinião do Partido Socialista, em nenhum benefício concreto. Disse a Sra. Vereadora que o PS entende que esses montantes gastos em estudos que não trouxeram vantagens para as empresas concelhias podiam servir agora para o Executivo não proceder ao lançamento da derrama.

O Sr. Presidente referiu que recentemente não foi realizado nenhum estudo e que a aplicação desta taxa é uma imposição legal e incide apenas sobre os lucros das empresas.



A Sra. Vereadora Célia Paz disse que a posição de voto de abstenção por parte do Partido Socialista está relacionada com as imposições legais do PAEL, FAM e PAM.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Célia Paz e José Barão, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o lançamento de uma derrama no valor de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

Pelos Srs. Vereadores Célia Paz e José Barão foi apresentada uma Declaração de Voto, documento que constitui parte integrante da presente ata.

TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovada a Taxa Municipal de Direito de Passagem para 2017, como compensação pelos direitos e encargos relativos à implementação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios públicos e privados municipais. Ficou também aprovado que, em conformidade com o que é praticado por outros Municípios, e desde a sua criação, a taxa a vigorar para o ano de 2017 seja de 0,25% sobre cada fatura emitida para todos os clientes finais do Município de Vila Real de Santo António, e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, documento que faz parte integrante da presente ata.



RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE I.P. RELATIVO À REABILITAÇÃO DO SISTEMA DUNAR NATURAL DA PRAIA DE MONTE GORDO.

O Sr. Vereador José Barão pediu para que a proposta fosse retirada bem como a proposta do ponto seguinte e se criasse uma única englobando os dois assuntos. Referiu ainda que as propostas apresentadas carecem de informação.

O Sr. Presidente disse que as propostas eram distintas. Esta tratava da ratificação de um Protocolo celebrado entre o Município e a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. – ARH Algarve que irá permitir a “Reabilitação do Sistema Dunar Natural da Praia de Monte Gordo”. Comunicou que apenas se tratava disso, ou seja, a proposta consistia na ratificação de um Protocolo para permitir que o investimento seja financiado na totalidade, pelo que não retirava a proposta.

A Sra. Vereadora Célia Paz referiu que embora fossem propostas diferentes estão relacionadas e no entendimento do PS carecem de informação, pelo que se a mesma não fosse retirada, a bancada do PS não poderia votar em consciência.

A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Célia Paz e José Barão, aprovar a proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser ratificada a celebração do protocolo outorgado entre o Município de Vila Real de Santo António e a Agência Portuguesa do Ambiente I.P – ARH – Algarve, relativo à Reabilitação do Sistema Dunar Natural da Praia de Monte Gordo, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

10
A

CONSTRUÇÃO DO PASSADIÇO SOBRELEVADO DA PRAIA DE MONTE GORDO.

O Sr. Vereador José Barão pediu para a que a proposta fosse retirada, tal como referiu na proposta do ponto anterior e se criasse uma única englobando os dois assuntos.

O Sr. Presidente disse que não compreendia o motivo de se criar uma proposta única uma vez que se tratavam de assuntos completamente diferentes. Para o Sr. Presidente, a única razão que poderia levar os Srs. Vereadores do Partido Socialista a efetuar tal pedido era estarem reféns de várias posições que lhes foram pedidas pelos proprietários dos estabelecimentos localizados na praia de Monte Gordo. Mencionou ainda que os Srs. Vereadores do Partido Socialista estão contra o desenvolvimento do Concelho.

O Sr. Vereador José Barão disse que o Partido Socialista não estava refém de ninguém e transmitiu que o que os Vereadores pretendiam era ter mais informação sobre o investimento a realizar.

A Sra. Vereadora Célia Paz disse que a posição de voto é uma decisão dos Vereadores do PS, não está mandata por ninguém e apenas visa salvaguardar os interesses de quem tem estabelecimentos naquela zona, pois os espaços são o “ganho pão” não só dos proprietários mas também de muitas famílias. Referiu ainda que ao analisarem as plantas com a localização do passadiço era bem visível que alguns apoios de praia (restaurantes) terão de ser demolidos pois o passadiço traçado colide com os estabelecimentos já instalados. Questionou o Sr. Presidente sobre o que acontecerá a quem tem restaurantes nesses locais.

O Sr. Presidente respondeu que esses espaços serão demolidos e os proprietários terão de construí-los em novos locais.

Handwritten signature in black ink and the initials 'AN' in blue ink.

A Sra. Vereador Célia Paz perguntou se os proprietários não tiverem possibilidades financeiras para suportar a construção, o que acontecerá? Referiu ainda que não lhe parece correto que quem tem o seu espaço a funcionar e até em boas condições perca o seu “ganho pão” devido à construção do passadiço naquele local. Não compreende porque é que o passadiço não pode ser localizado noutro local, mais à frente ou mais atrás. Acrescentou ainda que o PS não poderá votar favoravelmente uma proposta com este fundamento, apesar de estar a favor do desenvolvimento do Concelho, mas não desta forma.

O Sr. Presidente referiu que não retirava a proposta e esclareceu que todos os atuais proprietários que tenham as taxas pagas até ao dia de hoje terão lugar garantido nos apoios de praia a criar, sem necessidade de realização de hasta pública. Quem não quiser investir é uma oportunidade que se abre para outro empresário. Mencionou ainda que quando assumiu o cargo de Presidente da Câmara estavam previstos oito apoios de praia no âmbito do POOC e fruto das reuniões celebradas com as diversas entidades competentes hoje estão previstos dezasseis apoios, ou seja, todos os proprietários podem continuar com as suas atividades comerciais.

A Vereadora Célia Paz referiu que os oito apoios de praia só aumentaram porque as áreas de cada apoio passaram para o dobro do que estava previsto, o que possibilitou o aumento do número de estabelecimentos de oito para dezasseis.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Célia Paz e José Barão, aprovar a proposta do Sr. Presidente, documento que constitui parte integrante da presente ata, no sentido de ser:



A

1. Aprovadas as peças concursais anexas, referentes ao procedimento identificado em epígrafe, bem como deliberada a abertura do procedimento por Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com a alínea b) do artigo 19.º, e dos artigos 130.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho;
2. Aprovado o Júri do procedimento previsto no artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, constituído por:

David Silva, Chefe de Gabinete, que preside;

Renato Figueira, Coordenador da Unidade do Território da VRSA SGU, 1º vogal efetivo;

Bárbara Narciso, Técnica Superior, 2º vogal efetivo;

Igor Madeira, Coordenador Técnico do Sector de Estudos da VRSA SGU, 1º vogal suplente;

Paula Horta, Chefe de Divisão, 2º vogal suplente;
3. Submetido à Assembleia Municipal para aprovação da despesa em causa que irá estar prevista no orçamento do ano de 2017.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas dezassete horas e cinquenta minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, FRANCISCO JOSÉ LEIRIA SABINO, Chefe da Divisão de Atividades Económicas a redigi, subscrevo e assino.

